

JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2026

I – DA EXIGÊNCIA LEGAL

Prevê o art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021 que a justificativa de escolha do contratado e de seu preço, assim como a comprovação da habilitação, deverá constar no processo de contratação direta, nos seguintes termos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço; [...]

Assim, para fins de cumprimento do disposto no art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Administração deverá, no documento de “justificativas da escolha”, demonstrar que aquele que pretende contratar preenche todos os requisitos necessários para execução do objeto, e que seu preço é compatível com o mercado, em caso de inexigibilidade de licitação, e inferior ao limite para enquadramento na dispensa por baixo valor, de modo a garantir a objetividade, isonomia e publicidade necessária a todas as contratações, mas sem alcançar aquele rigor previsto para o processo licitatório e dispensado pelo legislador.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr:

[...] depois de definir o objeto e as condições de execução do futuro contrato (inciso I do artigo 72), depois de definir o preço de referência (inciso II do artigo 72) e de realizar as previsões orçamentárias (inciso IV do artigo 72), a Administração Pública deve escolher com quem contratar e justificar a sua opção (inciso VI do artigo 72), o que passa pela apuração da proposta para si mais vantajosa (inciso VII do artigo 72) e pela investigação das qualificações do futuro contratado (inciso V do artigo 72).

Nessa fase, ela não precisa tratar todos os possíveis interessados com igualdade, o que seria necessário se ela devesse proceder à licitação pública. Repita-se, nos casos de dispensa e de inexigibilidade são aceitos agravos à isonomia, que cede parcialmente em face da possibilidade de realizar a licitação pública ou da

proteção de outros valores relacionados ao interesse público.

Contudo, no mesmo passo, não se quer afirmar que a isonomia é derogada por completo, porque a Administração Pública não pode fazer valer discriminações desproporcionais e desnecessárias. Portanto, para escolher o contratante, a Administração Pública não é obrigada a tratar todos os possíveis interessados com igualdade, todavia, deve fazê-lo na maior medida possível.

E, Juliano Heinen:

Trata-se de mais uma providência que, se de um lado melhora o controle das contratações públicas, de outro aumenta significativamente a burocracia. A justificativa objetiva sobre o fornecedor não pode ser levada ao extremo ou tornada absoluta. De outro lado, não se pode admitir que o processo de contratação direta se dê em função de mera indicação de critérios evidentemente subjetivos para a escolha do aludido contratado, sem a necessária justificativa. Há de se ter um equilíbrio aqui.

A contratação direta através de dispensa de licitação fundamenta-se no disposto no artigo 75 da Lei 14.133/21, desde que atendidos critérios específicos, em específico, para o caso em tela, versa o inciso II do referido artigo:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

Com base no valor a ser contratado para a aquisição em tela, resta cristalino o enquadramento da situação em análise na hipótese de caso de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da lei 14.133/2021.

II - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Após realização de procedimento de divulgação de dispensa eletrônica, o qual teve por termo inicial a data de 11/03/2026 e termo final a data de 16/03/2026, contendo descritivo do item alvo da aquisição, findado o prazo para apresentação de propostas, fora escolhida como fornecedora do item a empresa TINE MULTIMARCAS, inscrita no CNPJ sob o n. 63.281.157/0001-52, sendo esta selecionada pelo critério de ter a proposta de menor preço, quer seja, R\$53.000,00 (cinquenta e três mil reais), indo de encontro ao interesse público.

III – DOS VALORES DA PROPOSTA APRESENTADA

Os valores da contratação do referido item são:

Descrição do Item	Qtd	Preço Unit.	Valor R\$
Motocicleta com as seguintes características: Categoria: Trial Motor: Monocilíndrico, 4 tempos arrefecido a ar, OHC. Cilindrada: De 155cc até 165cc Sistema de partida: Elétrica Sistema de alimentação: injeção eletrônica. Combustível: Etanol e gasolina. Sistema de freio dianteiro: ABS Sistema de freio traseiro: ABS Sistema de iluminação: LED Distância do solo: Entre 230mm a 250mm. Transmissão: 5 marchas Fabricação: Nacional	02	R\$26.500,00	R\$53.000,00

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do acima exposto, tendo em vista o relevante interesse público na CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA USO DO SAMAE DE ORLEANS, e diante de toda documentação que embasa o presente procedimento, conclui-se pela contratação da empresa TINE MULTIMARCAS mediante processo de dispensa de licitação.

Orleans, 19 de março de 2026.

Karolinne Paula Tonietto
Agente de Contratação